

Os cafeicultores reagem com o movimento pela valorização da produção, que não ocorreu nos primeiros anos do século XX em virtude da melhoria nos preços internacionais do café. Mas, a previsão de uma safra recorde para o ano agrícola de 1906/07 fortaleceu esse movimento que se tornou realidade através do Acordo de Taubaté, em 1906. Posteriormente, sucederam-se os planos de valorização do café até 1924, e em 1925 estabeleceu-se a defesa permanente do café.

Essas medidas incentivaram novos plantios, que se deram a partir de 1926, contribuindo para que fosse ultrapassada a quantidade de mais de um milhão de cafeeiros plantados no Estado de São Paulo. Essa população de cafeeiros iria contribuir, quando em produção, para ativar a crise que se instalou na cafeicultura em 1929 (DELFIN NETTO, 1966).

Concomitantemente à expansão dos cafezais, novos investimentos promovidos pelo capital cafeeiro, ou em função dele, direcionaram-se também para atividades nitidamente urbanas, destacando-se: a industrial, a bancária, os escritórios, a armazenagem, as oficinas, os comércios atacadistas de exportação e importação e varejista, o transporte urbano, a comunicação, a energia elétrica, a construção civil, etc. Todo esse complexo de atividades termina por influir também na expansão do aparelho do Estado. Essas novas ocupações econômicas, ao fazerem sinergias com aquelas da lavoura cafeeira, propiciaram a decolagem do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Quanto à indústria paulista, em 1907, o valor da sua produção representava 15,9% da produção brasileira; em 1918 passou para 32,5%. Essa expansão foi financiada pelo excedente de capital cafeeiro, cujas exportações, nesse período, atingiram 364,8 milhões de libras, enquanto a borracha, segundo produto em valor nas exportações, chegou a 83 milhões de libras (CANO, 1990). Também teve um importante impulso advindo da Primeira Guerra Mundial (1914-18), a qual fez diminuir as importações brasileiras. O porto de Santos registrou no período da guerra queda de 73% na importação de máquinas em relação a 1909-13 (BRENER, 2004).

Essa industrialização, denominada substituição de importações, concentrou-se inicialmente nos bens de consumo não-duráveis - roupas, alimentos e bebidas - que exigiam pouca transferência de tecnologia.

Com o seu desenvolvimento, passou a atender vários segmentos que demandavam seus produtos, tais como: a fabricação de máquinas e implementos para a atividade agrícola e para o beneficiamento do café; a produção de sacarias de juta para a embalagem do café; e o de bens de consumo de massa.

O surto de industrialização em São Paulo prosseguiu com o gradual aumento da produção até 1923, após o que seu ritmo foi freado por causas exógenas, como o movimento revolucionário de 1924, a crise energética que durou até 1926 e a grande depressão de 1929. Somente a partir de 1933, a indústria paulista retomou o seu crescimento (VILLELA e SUZIGAN, 2001). Contudo, as bases da liderança nacional nesse setor já estavam lançadas. Por outro lado, a atividade cafeeira foi capaz de acumular capital em território paulista, ao mesmo tempo em que reinvestia em segmentos outros que não o café.

Essa atividade foi, sem qualquer dúvida, superior a qualquer outra do País, seja na dimensão absoluta, seja na capacidade geradora do dinâmico processo de acumulação, seja na capacidade de novos investimentos e consequentemente na expansão do mercado interno (CANO, 1990).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As culturas do algodão no Maranhão (1760-1888) e do café em São Paulo (1886-1929) contribuíram para o desenvolvimento econômico dessas duas regiões ao propiciarem acumulação do capital, geração de divisas, abertura de mercado para produtos não-agrícolas, contribuição na diversificação da economia, além do fornecimento de matéria-prima para a indústria. Todavia, essas contribuições foram desiguais para as duas regiões.

Na melhor fase econômica da cultura do algodão (1760-1820), o Maranhão estava politicamente